

**iasfa**

Instituto de Ação Social  
das Forças Armadas

Ao seu lado, hoje e sempre.

# Anexo – E

## Recursos Financeiros

**RA** **2022**

*Relatório de Atividades*

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 Recursos Financeiros QUAR2022_dados enviados à Tutela a 15JAN2023 .....	2
Fig. 2 Recursos Financeiros QUAR2022_dados à data de 21 de junho 2023 .....	2
Fig. 3 Alterações orçamentais 2022 (euros)_Receita.....	5
Fig. 4 Alterações orçamentais 2022 (euros)_Despesa .....	6
Fig. 5 Evolução Receitas cobradas 2018-2022 (euros).....	6
Fig. 6 Evolução Transferências do OE 2010-2022 .....	7
Fig. 7 Receita ASC 2010-2022 .....	8
Fig. 8 Principais receitas próprias ASC (milhões) .....	8
Fig. 9 Receita cobrada 2010-2022_ASC (euros).....	9
Fig. 10 Evolução da Receita cobrada 2018-2021 (euros) .....	9
Fig. 11 Estrutura da receita cobrada, 2018-2022 .....	10
Fig. 12 Evolução da despesa, 2018-2022 (em euros).....	11
Fig. 15 Despesa paga 2010 a 2022 .....	13
Fig. 16 Despesa com Pessoal e ABS de 2010 a 2022 .....	14
Fig. 17 Despesa com Investimento de 2010 a 2022.....	14
Fig. 18 Resultados Correntes, 2018-2022 (em euros).....	15
Fig. 19 Resultados de Capital, 2018-2022 (em euros).....	15
Fig. 20 Resultados Globais, 2018-2022 (em euros).....	16
Fig. 21 Resultado Global (Saldo de Gerência).....	16
Fig. 22 Evolução da execução orçamental (euros) .....	17
Fig. 23 Financiamento da ASC .....	17
Fig. 24 Financiamento IASFA .....	18
Fig. 25 Financiamento da ADM.....	18
Fig. 26 Despesas por Valência de ASC do IASFA e ADM.....	19
Fig. 27 Despesas por UO do IASFA .....	19
Fig. 28 Receita arrecadada por valência de ASC do IASFA e ADM .....	20
Fig. 29 Receita arrecadada por UO do IASFA.....	18

## Recursos Financeiros

Os dados a nível dos recursos financeiros do IASFA, constantes do **QUAR 2022**, enviados à SGMDN a 15JAN2023, são os constantes da figura 1.

Recursos Financeiros				
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO	% Desvio
Orçamento de funcionamento	98 219 968,00	92 728 325,68	-5 491 642	-5,59%
Despesas c/Pessoal	12 200 000,00	9 447 734,79	-2 752 265	-22,56%
Aquisições de Bens e Serviços (a)	84 273 301,00	83 180 601,32	-1 092 700	-1,30%
Outras despesas correntes	1 746 667,00	99 989,57	-1 646 677	-94,28%
PIDDAC				
Outros valores	1 282 053,00	2 944 553,03	1 662 500	129,67%
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>99 502 021,00</b>	<b>95 672 878,71</b>	<b>-3 829 142,29</b>	<b>-3,85%</b>

a) Inclui as despesas da ADM

NOTA: 15JAN2023\_Por referência a 31DEZ2022, os dados nesta data enviados são provisórios, visto os trabalhos de encerramento das contas orçamentais e patrimoniais estarem a decorrer, estando os dados agora enviados sujeitos a alterações.

Fig. 1 Recursos Financeiros QUAR2022\_dados enviados à Tutela a 15JAN2023

A Figura 2 reflete os dados de execução no QUAR2022 em 21JUN2023.

Recursos Financeiros				
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO	% Desvio
Orçamento de funcionamento	98 219 968,00	92 584 075,97	-5 635 892	-5,74%
Despesas c/Pessoal	12 200 000,00	9 303 603,94	-2 896 396	-23,74%
Aquisições de Bens e Serviços (a)	84 273 301,00	83 180 482,46	-1 092 819	-1,30%
Outras despesas correntes	1 746 667,00	99 989,57	-1 646 677	-94,28%
PIDDAC				
Outros valores	1 282 053,00	2 944 553,03	1 662 500	129,67%
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>99 502 021,00</b>	<b>95 528 629,00</b>	<b>-3 973 392,00</b>	<b>-3,99%</b>

a) Inclui as despesas da ADM

Fig. 2 Recursos Financeiros QUAR2022\_dados à data de 21 de junho 2023

Da análise da figura anterior verifica-se que, a nível global, o desvio entre os recursos financeiros planeados e os executados é negativo, originado maioritariamente pelos seguintes acontecimentos:

- ✓ O desvio entre o planeado e o executado em Despesas com Pessoal foi originado pelo facto não ter sido possível lançar todos os procedimentos previstos para o

preenchimento do mapa de pessoal e pelo facto de alguns dos procedimentos que efetivamente foram lançados terem ficado desertos, o que levou a que não fosse executada a totalidade do valor orçamentado neste agrupamento.

- ✓ O desvio entre o planeado e o executado em Aquisição de Bens e Serviços, onde se incluem desde 2020 as despesas da ADM, deveu-se à necessidade de reforçar os valores planeados em Outros valores no montante de 1 803 459€ para pagamento dos juros de Mora aos prestadores de cuidados de saúde privados relativos à dívida da ADM saneada no final de 2021. Esta alteração teve um impacto contrário no orçamento de Outros Valores, apresentando um montante executado superior ao que foi planeado.
- ✓ O desvio entre o planeado e o executado no orçamento de Outras Despesas Correntes, deve-se ao facto do montante de relativo à reserva dos 2,5% ser uma verba que não tem execução, ficando a mesma cativa no início de cada ano. Foi solicitada autorização da Tutela para a transferência do montante orçamentado neste agrupamento para reforço das despesas com a ADM, reforçando assim o agrupamento de Aquisição de Bens e Serviços.

O Relatório de Execução Orçamental do IASFA referente ao ano de 2022, é elaborado tendo presente as disposições de disciplina orçamental estabelecidas na Lei nº 12/2022, de 27 de junho, que aprovou o Orçamento de Estado definitivo para 2022 bem como, do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, Decreto-Lei de Execução Orçamental, que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2022.

Cumulativamente, foram tidos em consideração os princípios e regras orçamentais estabelecidos na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, de 20 de agosto, com as alterações introduzidas e republicadas até à Lei nº 41/2014, de 10 de julho, assim como as normas associadas ao Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho, que regulamenta a Lei de Bases da Contabilidade Pública aprovada pela Lei nº 8/90, de 20 de fevereiro.

Foram ainda consideradas, as orientações estabelecidas no Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) bem como, as disposições constantes do Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, que estabelece o novo classificador económico.

A análise que se segue, foi desenvolvida na perspetiva da execução financeira do orçamento aprovado, bem como, das alterações que o mesmo sofreu durante o ano de 2021.

### **Recursos Financeiros (Orçamento 2022)**

Em 2022, foram atribuídos Créditos Especiais no montante de 180.884€ no âmbito de:

- a) Contratação de Pessoal ao Abrigo da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais — COVID19, com os seguintes despachos:
  - Despacho do SGMDN, de 14 de julho de 2022 – Autorização do Crédito Especial relativo à Contratação de Pessoal ao Abrigo da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais — COVID19, em Receitas Próprias, no montante de 45.730€;
  - Despacho do SEDN, de 12 de julho de 2022 – Autorização do Crédito Especial relativo à Contratação de Pessoal ao Abrigo da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais — COVID19, em Receitas Próprias, no montante de 35.527€;
  - Despacho do SEDN, de 24 de novembro de 2022 – Autorização do Crédito Especial relativo à Contratação de Pessoal ao Abrigo da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais — COVID19, em Receitas Próprias, no montante de 99.627€;

b) No âmbito do Programa da Defesa (Tutela), foram atribuídos reforços no montante de 2 300 000€ com os seguintes despachos:

- Despacho do SGMDN, de 01 de julho de 2022 – Autorização do reforço de verbas tendentes a suportar encargos necessários à contenção do COVID – 19, por contrapartida da anulação no orçamento da SGMDN, em Receitas de Impostos, no montante de 300.000€;
- Despacho do SGMDN, de 25 de novembro de 2022 – Autorização do reforço do orçamento do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, com vista a suportar encargos associados à Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), no montante de 500.000€, em Receitas de Impostos;
- Despacho do SGMDN, de 29 de novembro de 2022 – Autorização do reforço do orçamento do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, com vista a suportar encargos associados à Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), no montante de 1.500.000€, em Receitas de Impostos;

c) Integração dos saldos de receita de 2021, de Fundos Europeus, Receita Própria e Receitas de Impostos no orçamento da Receita no montante de 1.838.386€ através do Despacho do CD na CI n.º 114 de 31 de dezembro de 2022.

Descrição	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais	Cativações / Descativações	Dotação corrigida
<b>Receitas Correntes</b>	<b>99 502 021</b>	<b>2 273 500</b>	<b>180 884</b>	<b>101 956 405</b>
▪ Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	56 000 000	0	0	56 000 000
▪ Taxas, Multas e out. Penalidades	0	5 500	0	5 500
▪ Rendimento Propriedade	31		0	31
▪ Transferências Correntes	30 574 727	2 850 930	180 884	33 606 541
▪ Vendas Bens e serviços	12 276 884	-590 430	0	11 686 454
▪ Outras Receitas Correntes	650 379	7 500	0	657 879
<b>Receitas de Capital</b>	<b>0</b>	<b>1 864 886</b>	<b>0</b>	<b>1 864 886</b>
▪ Ativos Financeiros	0	1 500	0	1 500
▪ Transferências de Capital	0	25 000	0	25 000
▪ Saldo Conta Gerência	0	1 838 386	0	1 838 386
<b>Total da Receita</b>	<b>99 502 021</b>	<b>4 138 386</b>	<b>180 884</b>	<b>103 821 291</b>

Fig. 3 Alterações orçamentais 2022 (euros)\_Receita

<b>Desp. Correntes</b>	<b>98 970 968</b>	<b>2 275 000</b>	<b>180 884</b>	<b>101 426 852</b>
▪Despesas com pessoal	12 200 000	0	23 927	12 223 927
▪Aquisição de Bens e Serviços Correntes	84 273 301	2 099 609	15 936	86 388 846
▪Juros e Outros Encargos	0	1 806 197	0	1 806 197
▪Transferências Correntes	0	15 138	141 021	156 159
▪Subsídios	751 000	-25 000	0	726 000
▪Outras Desp. Correntes	1 746 667	-1 620 944	0	125 723
<b>Despesas de Capital</b>	<b>531 053</b>	<b>25 000</b>	<b>0</b>	<b>556 053</b>
▪Aquisição de Bens de Capital	531 053	25 000		556 053
▪Ativos Financeiros				0
<b>Total da Despesa</b>	<b>99 502 021</b>	<b>2 300 000</b>	<b>180 884</b>	<b>101 982 905</b>

Fig. 4 Alterações orçamentais 2022 (euros)\_Despesa

Durante o ano de 2022 foram efetuadas cerca de 563 alterações orçamentais, onde se encontram incluídas alterações permutativas e modificativas, bem como alterações internas entre centros financeiros. Ainda nesta matéria, e por forma a dar cumprimento a recomendações da nossa Revisora Oficial de Contas feitas nos relatórios de execução orçamental trimestrais, foram efetuados vários ajustamentos aos procedimentos deste processo, em complemento à Instrução Técnica n.º 5/2019 - Procedimentos para aprovação das Alterações Orçamentais, elaborada em 2019.

### Execução Orçamental / Financeira – Receita

Para a execução da sua atividade o IASFA, em 2022, utilizou as Fontes de Financiamento “311 – Receitas de Impostos”, “513 – Receitas Próprias – Outras Origens”, “540 - Transferências de RP”, “541 – Transferências de RP entre organismos”.

RECEITAS CORRENTES	2018		2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros – Famílias	35 230,95	0,04%	2 362,90	0,00%	710,86	0,00%	22,96	0,00%	30,36	0,00%
Transferência MDN	24 376 248,88	27,66%	39 606 586,00	44,94%	36 000 000,00	35,67%	74 443 353,00	73,76%	33 375 930,00	33,07%
Transferência Resto do Mundo			70 667,09		72 462,57	0,07%	38 264,96	0,04%	0,00	0,00%
Transferência IEFPP					105 079,44	0,10%	161 352,29	0,16%	129 422,92	0,13%
Quotas CPFA	71 921,56	0,08%	74 727,47	0,08%	68 727,44	0,07%	66 636,12	0,07%	69 342,29	0,07%
Descontos ADM	53 532 591,28	60,74%	54 688 297,09	62,05%	55 475 930,29	54,97%	55 840 124,77	55,33%	55 576 270,38	55,07%
Vendas de Bens	593 525,63	0,67%	690 601,40	0,78%	249 161,10	0,25%	249 503,13	0,25%	368 721,64	0,37%
Prestação de Serviços	5 947 930,96	6,75%	6 628 401,71	7,52%	5 161 792,30	5,11%	5 190 985,56	5,14%	5 297 318,47	5,25%
Rendas de Imóveis	2 439 120,78	2,77%	2 841 065,48	3,22%	2 724 425,95	2,70%	3 274 275,98	3,24%	3 639 746,33	3,61%
Outras Receitas Correntes	283 201,13	0,32%	363 517,35	0,41%	256 806,07	0,25%	49 478,57	0,05%	144 819,23	0,14%
<b>RECEITAS CAPITAL</b>	<b>849 360,91</b>	<b>0,96%</b>	<b>1 048 188,42</b>	<b>1,19%</b>	<b>811 490,15</b>	<b>0,80%</b>	<b>2 612 770,41</b>	<b>2,59%</b>	<b>1 783 379,93</b>	<b>1,77%</b>
Amortizações de Empréstimos	393 021,91	0,45%	16 414,73	0,02%	1 878,79	0,00%	451,59	0,00%	1 262,92	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	456 339,00	0,52%	1 031 773,69	1,17%	809 611,36	0,80%	2 612 318,82	2,59%	1 782 117,01	1,77%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>88 129 132,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>106 014 414,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>100 926 586,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>141 926 767,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>100 384 981,55</b>	<b>100,00%</b>

Fig. 5 Evolução Receitas cobradas 2018-2022 (euros)

O Total da Receita cobrada em 2022, excluindo as receitas de Capital, sofreu um decréscimo de 29% em relação a 2021, pelo facto de em 2021 terem sido atribuídos vários reforços para saneamento da dívida da ADM aos prestadores de saúde privados no âmbito do MEEFI, a qual ficou saneada no final de 2021. Se excluirmos os montantes relativos aos reforços atribuídos em 2021, verifica-se que a receita em 2022, teve um acréscimo de 1% impulsionado sobretudo pelo aumento da receita em 2022 relativo á venda de Bens e Prestação de Serviços em cerca de 225.551€, e o aumento da receita das rendas em cerca de 365.470€. Em sentido contrário as receitas dos descontos da ADM tiveram um decréscimo de cerca de 264.864€.

Em 2022, as transferências do Orçamento de Estado (OE) para financiamento da ASC mantiveram-se nos mesmos montantes de 2021, sendo que 300.000€ (em 2021 o reforço foi de 400.000€) são relativos à atribuição de um reforço para fazer face às despesas com o COVID, e 9,5M€ para financiamento das despesas da ASC. A figura seguinte, mostra a evolução das transferências efetivamente realizadas no Orçamento de Estado desde 2010 até 2022.

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
10 237 500 €	8 312 858 €	6 459 281 €	7 812 181 €	5 191 505 €	5 185 750 €	4 337 618 €	4 893 007 €	4 376 249 €	4 098 366 €	8 500 000 €	9 900 000 €	9 800 000 €

*Fig. 6 Evolução Transferências do OE 2010-2022*

Por outro lado, as Receitas Próprias (RP) do Instituto (excluindo os descontos da ADM e a amortização de empréstimos), têm vindo a subir ligeiramente desde 2017 a 2019, tendência que só foi invertida em 2020 por força da Pandemia. Desde 2021, voltou a verificar-se uma tendência de crescimento da receita traduzida no aumento de cerca de 392 000€ em 2021 relativamente a 2020, e um aumento em 2022 de cerca de 620 000€ relativamente a 2021. A totalidade da receita cobrada (ASC) em receitas de impostos e próprias consta na figura seguinte.



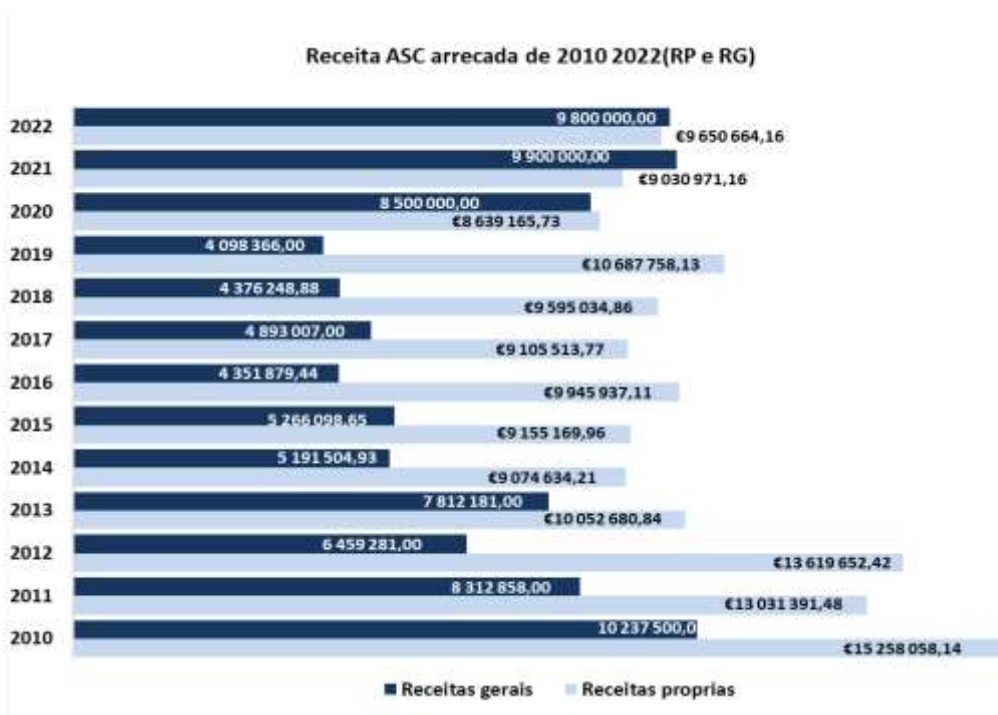


Fig. 7 Receita ASC 2010-2022

As RP em 2022 são inferiores em 37% relativamente a 2010, mantendo-se os capítulos da venda de bens e da venda de serviços os que mais contribuíram para esta diferença. Embora as RP ainda sejam muito inferiores às de 2010, da análise dos dados depende-se que desde 2018 as RP têm vindo a aumentar, espelhando assim os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos para atingir a sustentabilidade financeira do Instituto.

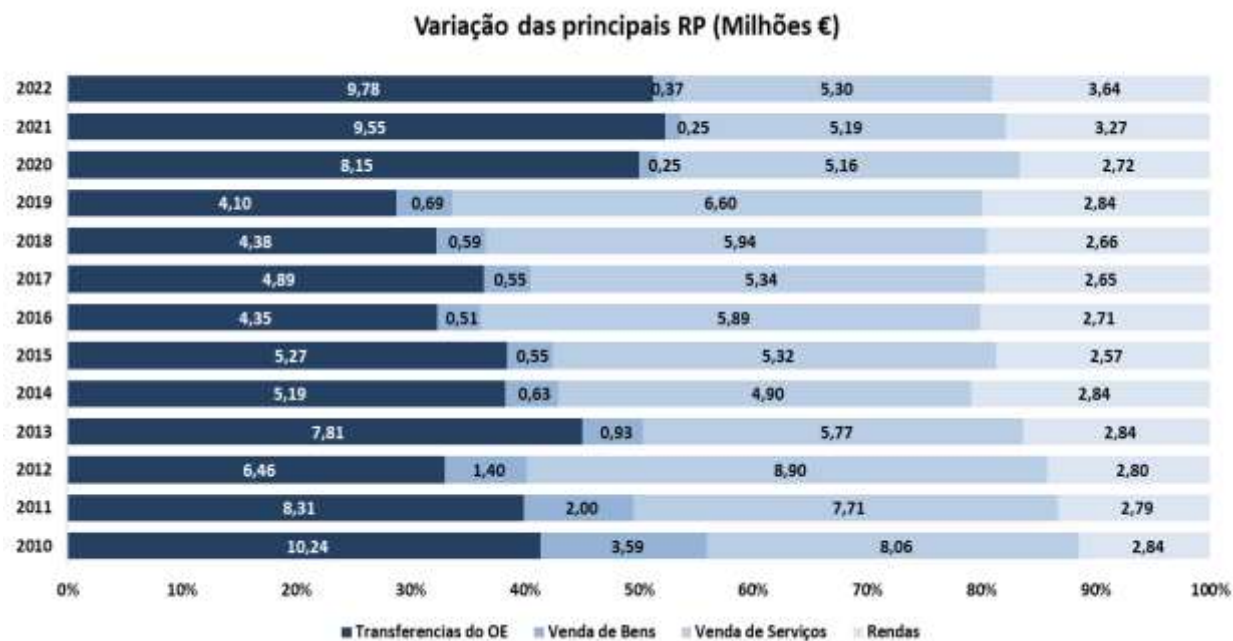


Fig. 8 Principais receitas próprias ASC (milhões)

A evolução do total da receita cobrada no âmbito da ASC entre 2010 e 2022 é a que se apresenta no quadro seguinte:

2022	19 450 664,16
2021	18 930 971,16
2020	17 141 044,52
2019	14 786 124,13
2018	14 755 909,74
2017	14 577 889,77
2016	14 297 816,55
2015	14 421 268,61
2014	14 266 139,14
2013	17 864 861,84
2012	20 078 933,42
2011	21 344 249,48
2010	25 495 558,14

Fig. 9 Receita cobrada 2010-2022\_ASC (euros)

Relativamente a 2022, as Receitas Correntes representaram 98,22% da Receita Total sendo que, as receitas correntes que mais concorreram para este peso foram os “Descontos da ADM” com 56,36%, as “Transferências do MDN – Fonte Financiamento 311 Receitas de Impostos” com 33,85% (influenciada pelos 21M€ dos beneficiários da Portaria n.º 1034/2009), as “Prestações de Serviços” com 5,37% e as “Rendas de Imóveis” com 3,69%. As Receitas de Capital tiveram um valor residual representando apenas 1,74% da Receita Total, muito influenciado pela integração do saldo da gerência de 2022.

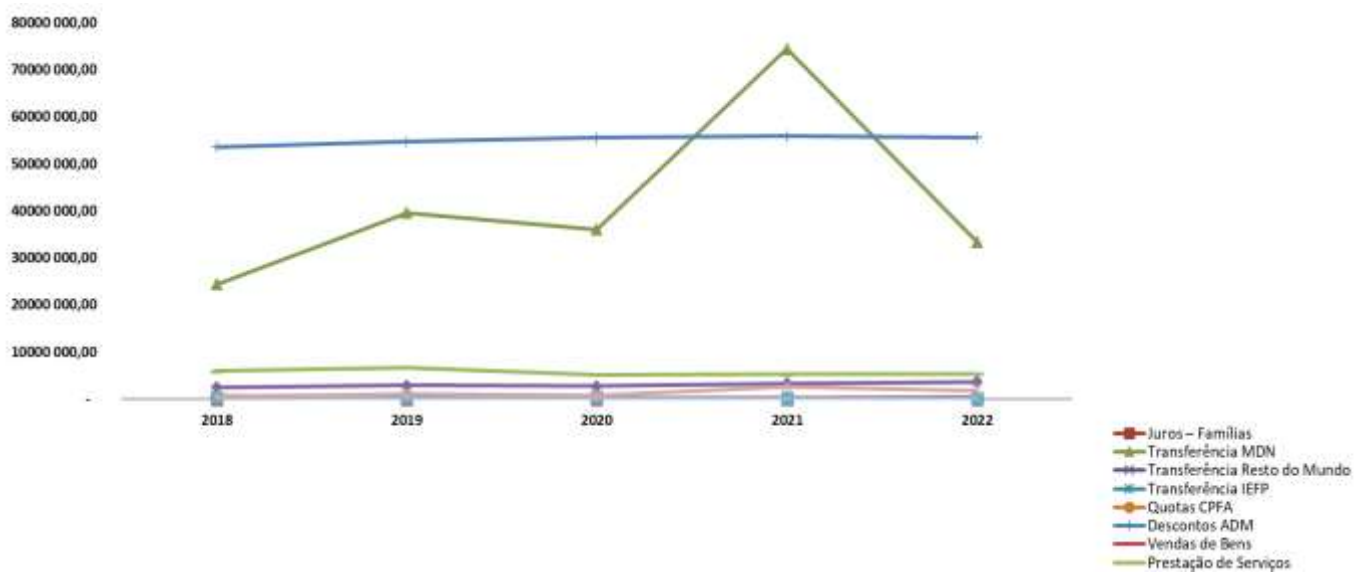


Fig. 10 Evolução da Receita cobrada 2018-2021 (euros)

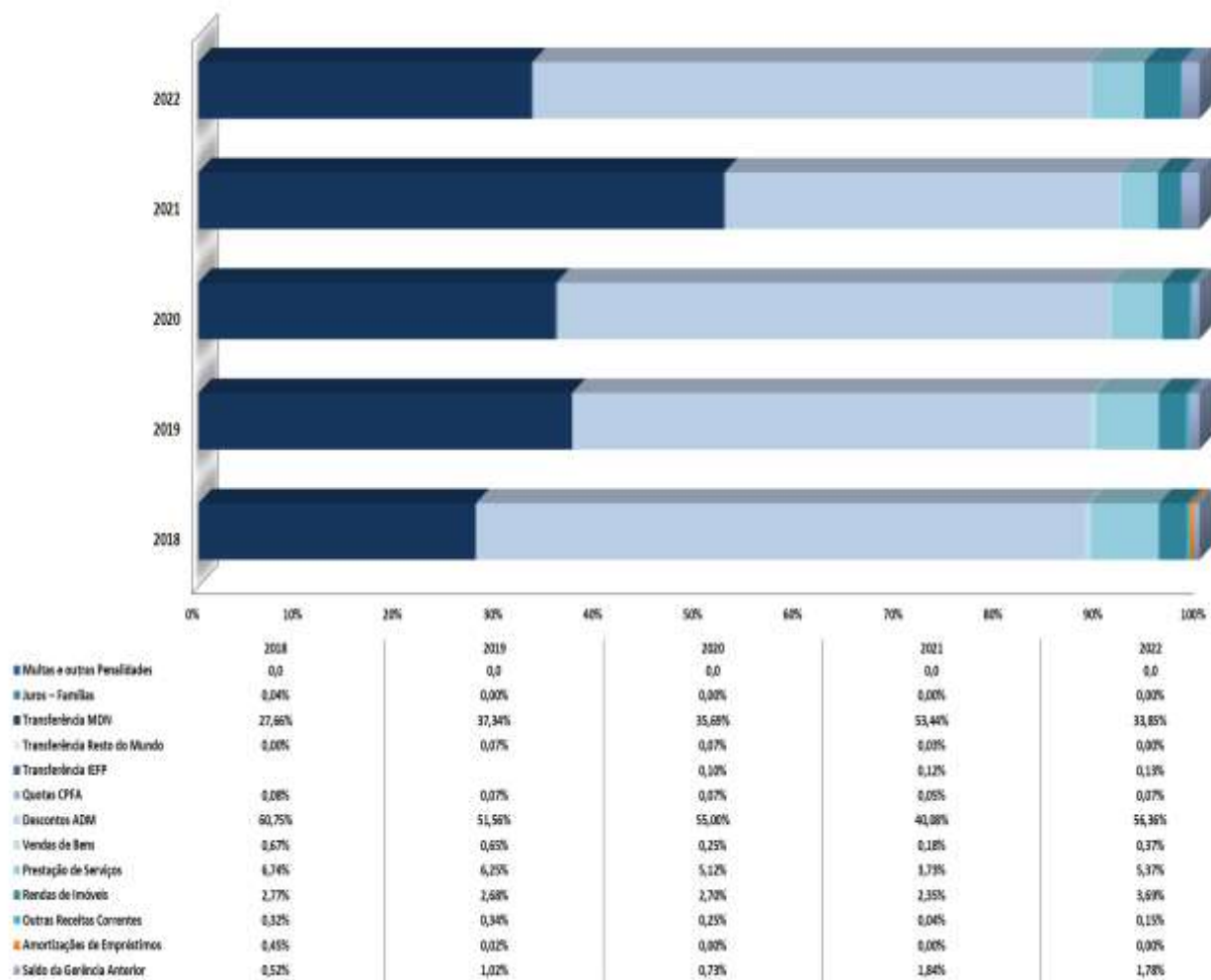


Fig. 11 Estrutura da receita cobrada, 2018-2022

## Execução Orçamental / Financeira – Despesa

Em 2022, verificou-se uma diminuição da despesa total no montante de **44 559 753,90 €** face a 2021, correspondendo a uma variação de -32%. Esta diminuição da despesa, deveu-se essencialmente à regularização da dívida da ADM aos prestadores privados em 2021 e que ficou saneada no final de 2021.

Face ao total da despesa apresentada pelo IASFA, as despesas com maior peso relativo são os “Encargos com a Saúde”, as “Despesas com Pessoal”, a “Aquisição de Serviços Correntes”, a “Aquisição de Bens”, a “Aquisição de Bens de Capital” e os “Subsídios”, com 53,39%, 6,64%, 4,17%, 1,81%, 0,45% e 0,31%, respetivamente.

	2018		2019		2020		2021		2022	
Despesas com o Pessoal	9 149 864	10,48%	9 807 936	9,32%	10 003 820,13	10,22%	10 012 053,21	7,15%	9 303 603,94	6,64%
Encargos com a Saúde	69 627 883	79,77%	87 357 336	82,99%	79 746 920,92	81,45%	121 085 244,39	86,43%	74 799 096,51	53,39%
Aquisição de Bens	1 867 567	2,14%	1 885 720	1,79%	1 985 662,55	2,03%	2 124 931,17	1,52%	2 536 830,83	1,81%
Aquisição de Serviços Correntes	4 648 271	5,33%	4 905 663	4,66%	5 115 857,77	5,22%	5 429 208,17	3,88%	5 844 555,12	4,17%
Juro e Outros Encargos	27 590	0,03%	3 984	0,00%	0,00	0,00%	455,86	0,00%	1 805 928,09	1,29%
Transf. Correntes	836 137	0,96%	107 686	0,10%	129 525,88	0,13%	167 001,21	0,12%	86 737,81	0,06%
Subsídios			683 023	0,65%	559 671,42	0,57%	571 021,90	0,41%	623 951,65	0,45%
Outras Despesas Correntes	15 341	0,02%	39 039	0,04%	13 316,82	0,01%	60 603,46	0,04%	99 989,57	0,07%
Aquisição de Bens de Capital	1 108 025	1,27%	467 875	0,44%	359 383,54	0,37%	637 863,53	0,46%	427 935,48	0,31%
Ativos Financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>87 280 677</b>	<b>100,00%</b>	<b>105 258 263</b>	<b>100,00%</b>	<b>97 914 159</b>	<b>100,00%</b>	<b>140 088 383</b>	<b>100,00%</b>	<b>95 528 629</b>	<b>100,00%</b>

\*Até 2018 as despesas com a atribuição de subsídios estavam classificadas em Transferências Correntes

Fig. 12 Evolução da despesa, 2018-2022 (em euros)

A inexistência de despesas em “Ativos Financeiros”, deve-se às alterações das atribuições do IASFA, introduzidas com o Decreto-Lei nº 35/2016, de 29 de junho, que acabou com a atribuição de empréstimos aos beneficiários em 2016.

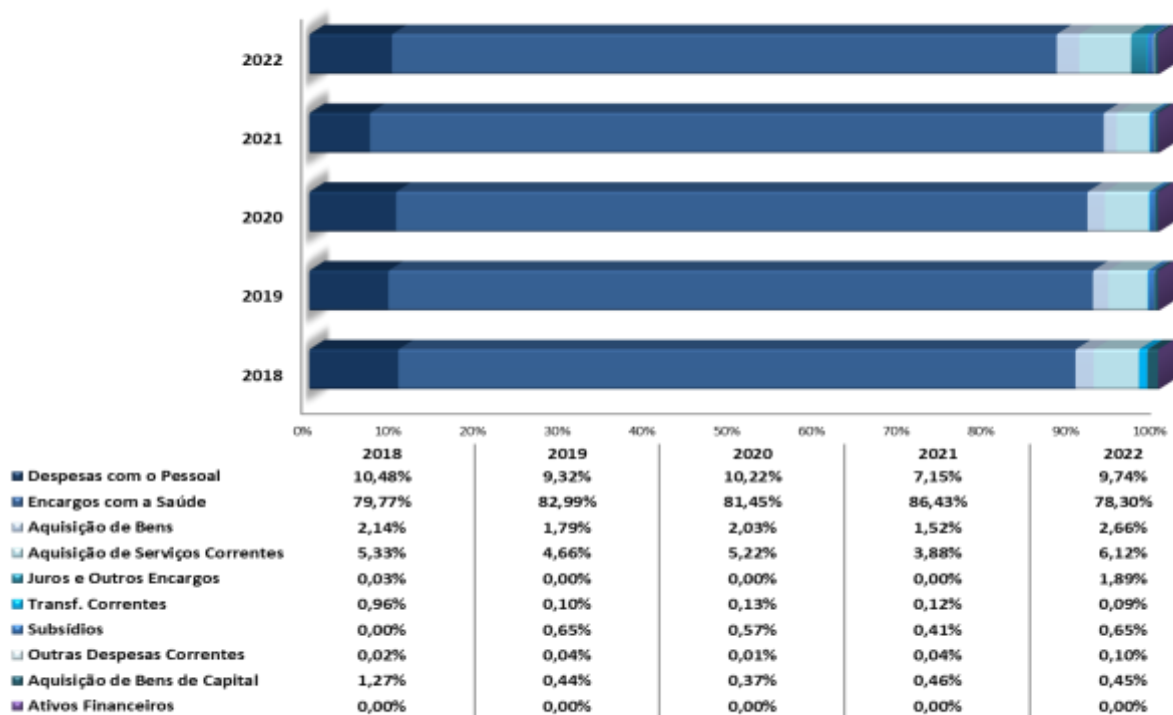


Fig. 13 Estrutura da despesa paga, 2018-2022

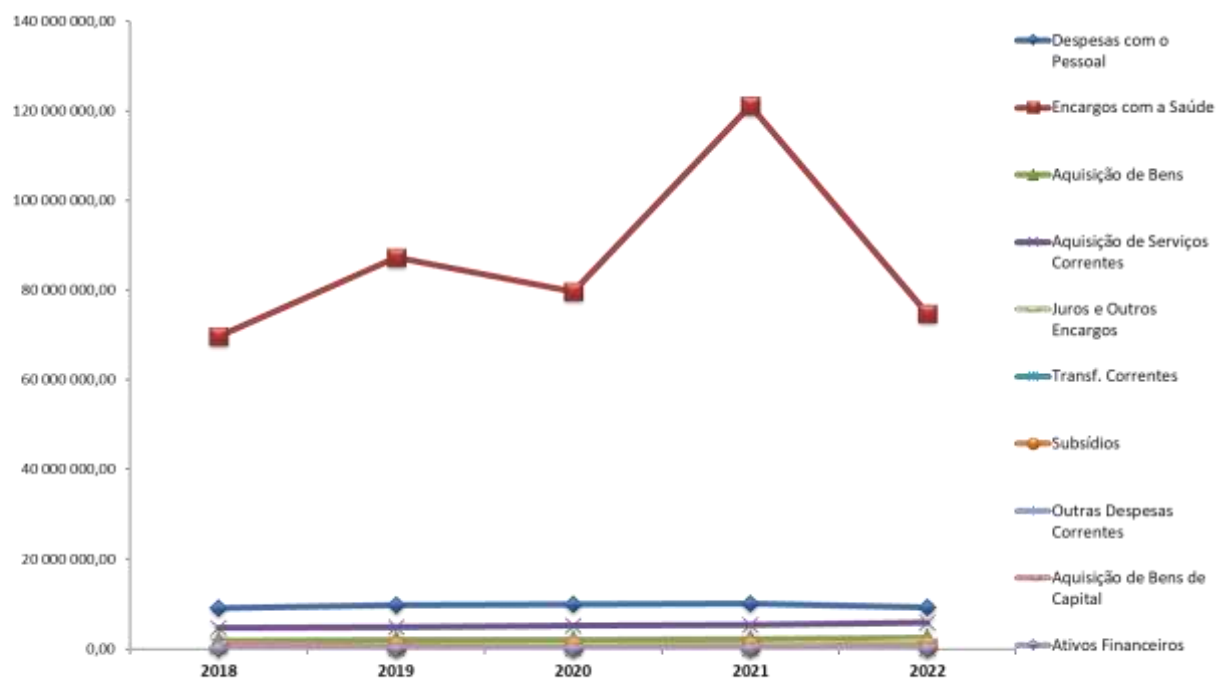
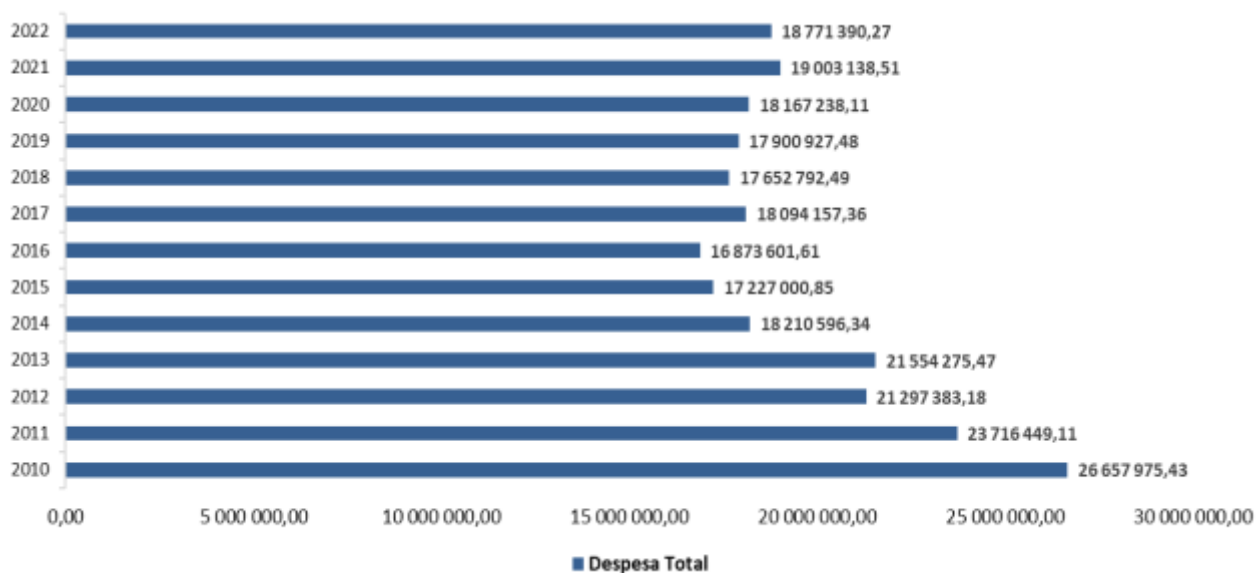


Fig. 14 Evolução da despesa paga, 2018-2022

Salienta-se que, tendo em conta as grandes restrições orçamentais, impulsionadas pela acentuada diminuição das receitas arrecadadas nestes últimos 10 anos, seja pela diminuição das transferências do OE (4%), seja pela diminuição das RP (37%), as despesas correntes do Instituto (excluindo as despesas com a ADM e a concessão de empréstimos), têm tido um decréscimo considerável também. Em 2022 comparativamente a 2010, as despesas continuam a apresentar uma diminuição de 30%, podendo ser observado no gráfico seguinte essa diminuição.



*Fig. 13 Despesa paga 2010 a 2022*

O Agrupamento que mais contribuiu para esta diminuição foi a Aquisição de Bens e Serviços (ABS) com uma diminuição de 32% relativamente a 2010. Da análise dos dados, constata-se que o Instituto tem mantido nos últimos anos a despesa estabilizada, sem que para isso, tenha diminuído os serviços disponibilizados aos beneficiários, o que fundamenta a existência de um maior controlo das despesas.

### Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços (Milhões de €)

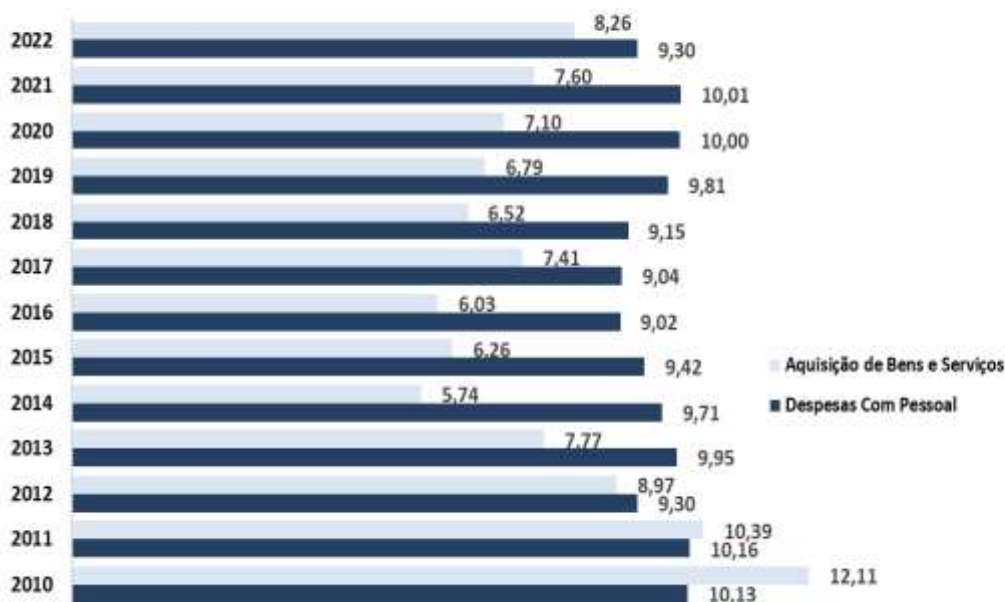


Fig. 14 Despesa com Pessoal e ABS de 2010 a 2022

Pese embora que numa ótica do controlo da despesa, a diminuição ocorrida possa ser encarada como um indicador positivo, as restrições orçamentais decorrentes da diminuição de RP, têm vindo a impor um decréscimo elevado em despesas de Investimento, e que se encontra a ser invertido com o aumento das receitas de impostos para financiamento da ASC.

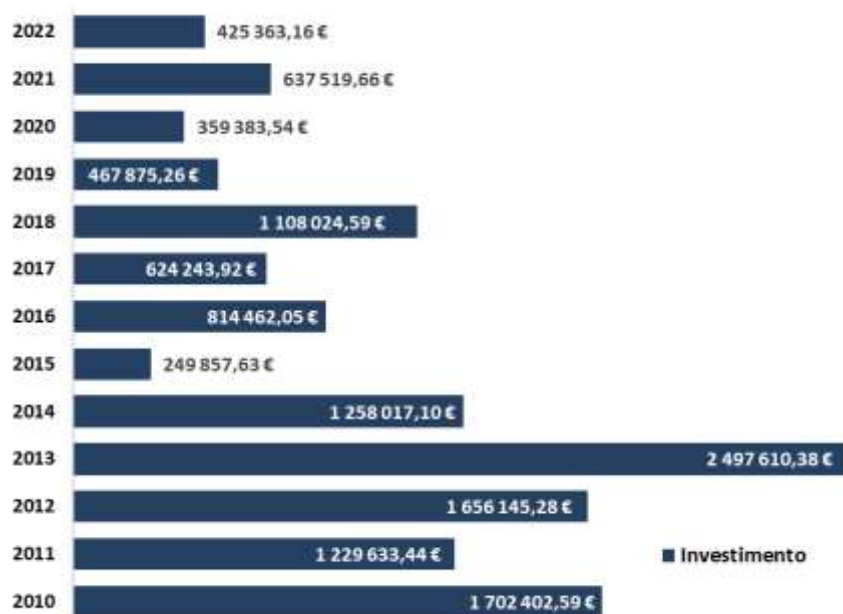


Fig. 15 Despesa com Investimento de 2010 a 2022

### Resultados – Saldos de Gerência

No que respeita à análise aos resultados orçamentais por natureza, é possível verificar que os Resultados Correntes foram positivos em **3 147 804€**, enquanto os Resultados de Capital, cifraram-se em **1 708 548€**. Os Saldos de Gerência que transitam para 2022 são de **4 856 352€**.

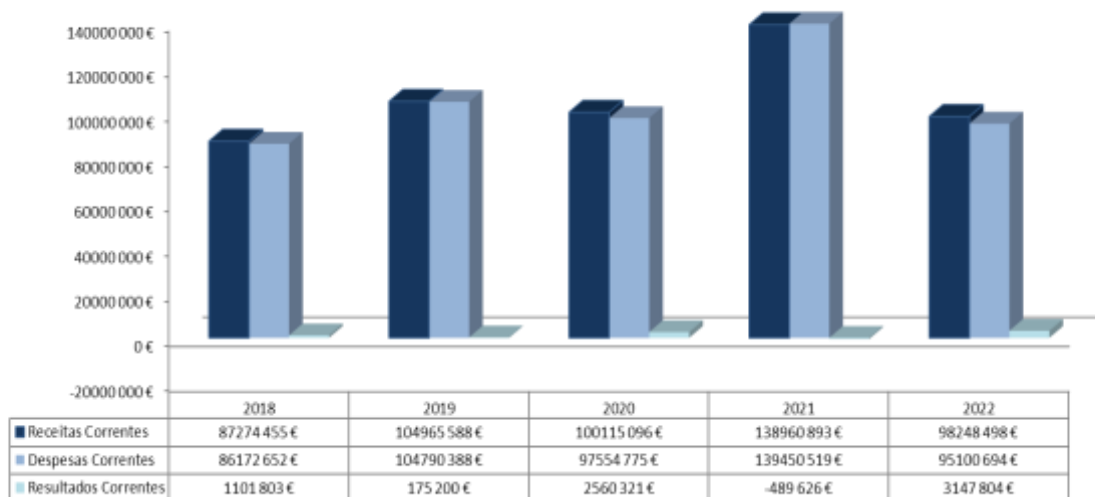


Fig. 16 Resultados Correntes, 2018-2022 (em euros)

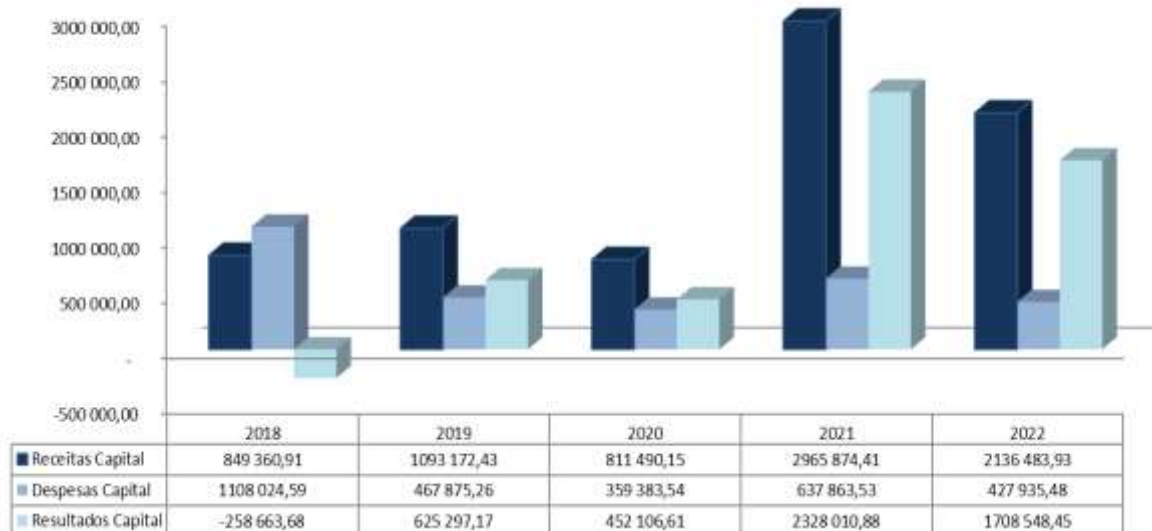


Fig. 17 Resultados de Capital, 2018-2022 (em euros)



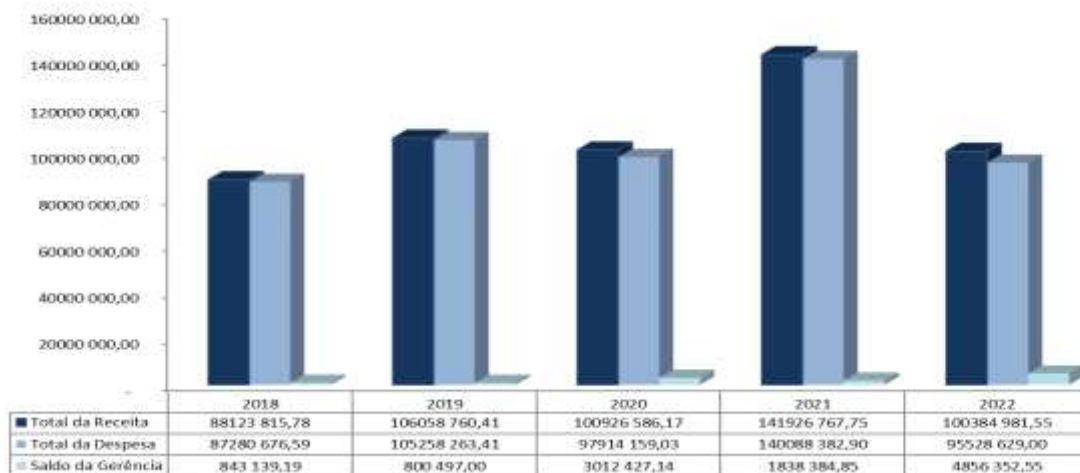


Fig. 18 Resultados Globais, 2018-2022 (em euros)

<b>Receitas Correntes</b>	98 248 498 €
<b>Despesas Correntes</b>	95 100 694 €
<b>RESULTADOS CORRENTES</b>	3 147 804 €
<b>Receitas de Capital</b>	2 136 484 €
<b>Despesas de Capital</b>	427 935 €
<b>RESULTADOS DE CAPITAL</b>	1 708 548 €
<b>Total da Receita</b>	100 384 982 €
<b>Total da Despesa</b>	95 528 629 €
<b>Saldo que transita para a gerência seguinte</b>	4 856 353 €

Fig. 19 Resultado Global (Saldo de Gerência)

Em termos de resultados orçamentais, a execução orçamental de 2022 registou um saldo positivo de **4 856 353€**, sendo que o montante de **1 708 548€** é relativo ao saldo de Gerência que transitou de 2021 e o montante de **3 147 805€** relativo á execução orçamental do ano de 2022. De referir que do montante apurado de saldos de Gerência a transitar de 2022, o valor de **80 593€** são referentes a saldos de financiamento europeu, e o valor de **240 199€** é relativo a Financiamento de Impostos, pelo que este montante terá de ser devolvido aos cofres de estado. O montante dos SG de 2022 que poderá vir a ser utilizado em 2023 é no montante de **4 535 561€**.

## Situação Orçamental e Financeira

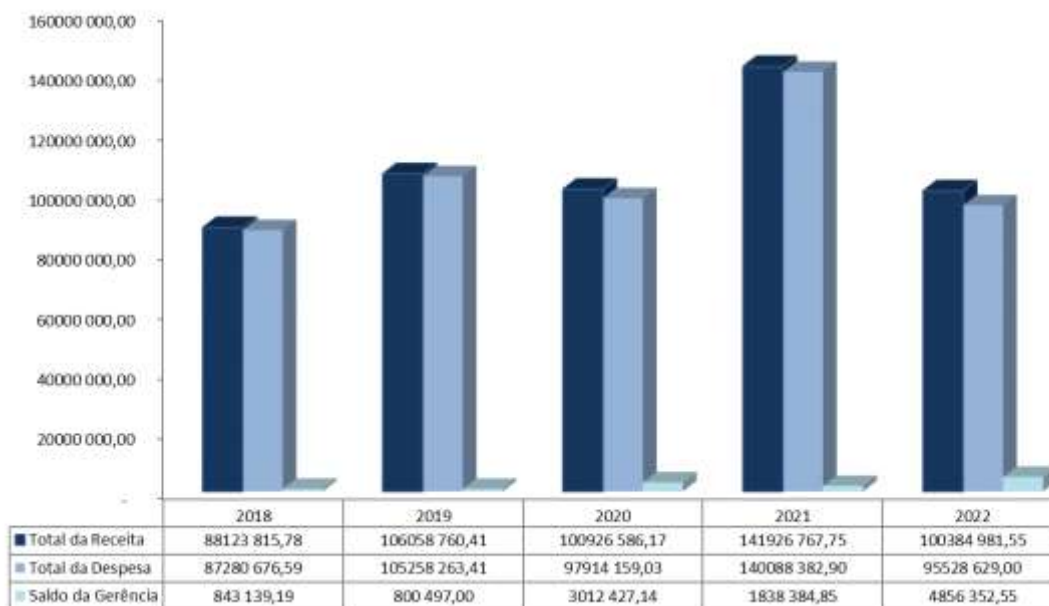


Fig. 20 Evolução da execução orçamental (euros)

Da análise efetuada à execução orçamental e financeira do IASFA, é de realçar que em 2022 se verificou, tal como nos anos anteriores, que o valor da Receita Global é superior ao da Despesa Global, gerando um resultado positivo. Deste saldo, 2,81M€ é afeto à ASC, apresentando-se o seu apuramento na figura seguinte.

### Financiamento IASFA

(em milhões euros)

<b>Despesa Total</b>	<b>16,64</b>
<b>Financiamento</b>	
SG2022	-2,81
OE	9,8
Receitas Próprias	9,65

Fig. 21 Financiamento da ASC

A despesa total, excluindo a ADM (despesas de funcionamento e pagamento de participações), foi de **16,64M€**, a qual foi financiada por receitas próprias pelo montante de **9,65M€**, transferências do Orçamento de Estado no montante de **9,8M€**, existindo assim um saldo a transitar para a Gerência Seguinte (2022) referente à execução do ano de **2,81M€**. A este montante acresce o valor dos saldos que transitaram de 2021 no montante de **1 708 548€**.

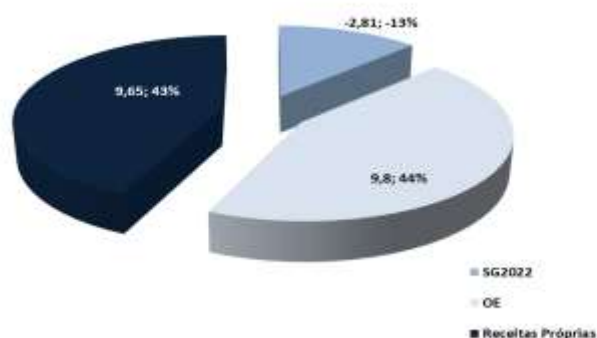


Fig. 22 Financiamento IASFA

Embora as transferências do Estado para a ADM, entre 2010 e 2014, tenham baixado em virtude do aumento das quotizações dos beneficiários, à semelhança do que sucedeu com a ADSE, o valor de 21M€ de RI que tem sido atribuído para financiar as despesas de saúde dos beneficiários da Portaria 1034/2009 não é suficiente para fazer face à faturação anual da ADM relativa a esse universo de beneficiários, podendo levar a que futuramente voltem a existir pagamentos em atraso.

Relativamente ao financiamento da ADM, importa referir que a verba de 21M€ para pagamento das despesas referentes aos beneficiários da Portaria n.º 1034/2009, conjuntamente com os reforços atribuídos ao abrigo do MEEFI, são bastante inferiores aos montantes das transferências da SG/MDN que ocorreram até ao ano de 2013, como mostra o gráfico seguinte.

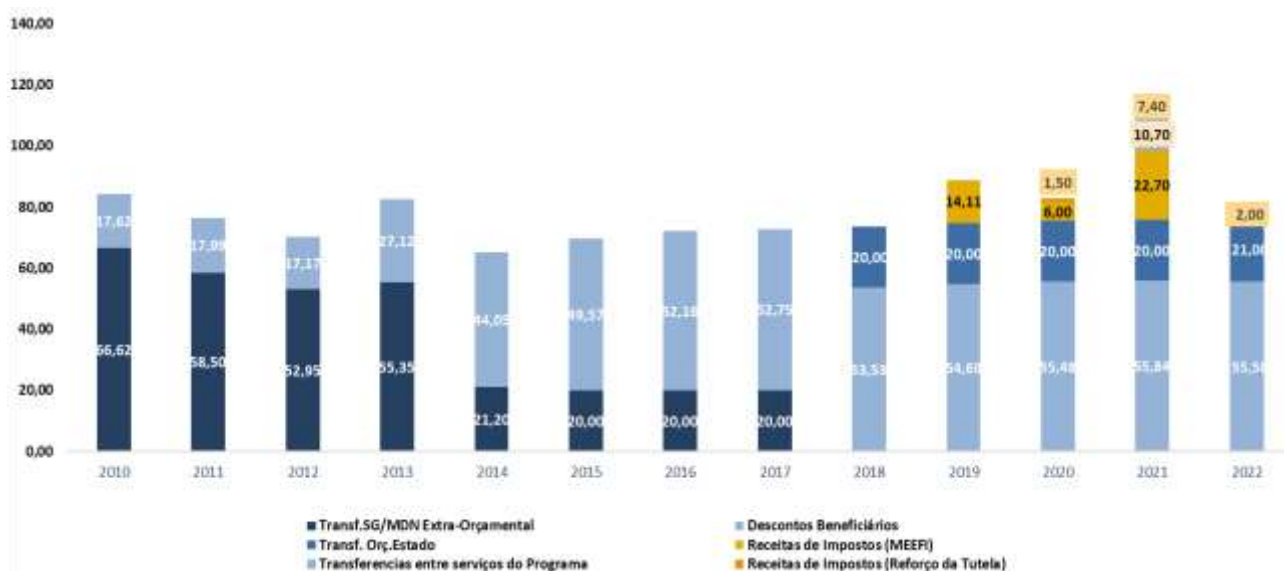


Fig. 23 Financiamento da ADM

O apuramento das **despesas e receitas por resposta social** que se apresenta nos quadros seguintes, resulta do cruzamento da informação registada no SIGDN com a respetiva

distribuição por resposta social efetuada por cada UO. Nesta análise importa referir que a despesa que é apresentada na valência “Férias e tempos livres” inclui todas as despesas associadas ao funcionamento das infraestruturas do IASFA com capacidade de alojamento temporário (vulgarmente designadas por messes do IASFA). Porém, estas infraestruturas cumprem uma finalidade social que vai para além do apoio a férias e tempos livres, uma vez que elas apoiam também beneficiários (militares) que se encontram deslocados das suas residências por razões de serviço, ou quando a procura por este tipo de alojamento se prende com deslocações a consultas, tratamentos ou outros cuidados de saúde, prestados em estabelecimentos de saúde afastados da área de residência dos beneficiários. O CEREPOSA é a única infraestrutura deste tipo que está basicamente voltada para a valência “Férias e tempos livres”, embora também apoie, pontualmente, eventos promovidos pela Defesa e FA.

DESPESA POR VALÊNCIA DE ASC DO IASFA E ADM - 2022 (b)	DESPESAS DIRETAS				Total das Despesas Diretas	DESPESAS INDIRETAS	TOTAL DA DESPESA
	Despesas com pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas	Investimento			
INFÂNCIA E JUVENTUDE	689 105,82	261 566,68	121,46	10 150,14	960 944,10	272 896,35	1 233 840,45
FÉRIAS E TEMPOS LIVRES	524 838,98	699 736,30	7 152,35	27 039,82	1 258 767,45	272 896,35	1 531 663,80
APOIO A IDOSOS	3 395 177,34	4 812 924,84	-	185 748,18	8 393 850,36	1 169 555,78	9 563 406,14
APOIO À HABITAÇÃO	403 289,91	714 889,45	5 235,47	2 812,13	1 126 226,96	389 851,93	1 516 078,88
APOIO NA SAÚDE	410 188,67	426 453,95	55,87	4 241,64	840 940,13	272 896,35	1 113 836,48
APOIO SOCIAL	588 960,00	81 356,77	623 951,65	58,84	1 294 327,27	389 851,93	1 684 179,19
<i>Total das Valências de ASC</i>	<i>6 011 560,72</i>	<i>6 996 928,00</i>	<i>636 516,80</i>	<i>230 050,75</i>	<i>13 875 056,27</i>	<i>2 767 948,67</i>	<i>16 643 004,94</i>
ASSISTÊNCIA NA SAÚDE AOS MILITARES (ADM)	909 149,69	212 486,08	76 630 845,38	2 572,32	77 755 053,47	1 130 570,58	78 885 624,06
<b>TOTAL</b>	<b>6 920 710,41</b>	<b>7 209 414,08</b>	<b>77 267 362,18</b>	<b>232 623,07</b>	<b>91 630 109,74</b>	<b>3 898 519,26</b>	<b>95 528 629,00</b>

(b) Inclui pagamentos do SPS ADM com verbas provenientes de descontos dos beneficiários e de receitas de impostos no valor total de 74 796 186,51€

Fig. 24 Despesas por Valência de ASC do IASFA e ADM

DESPESA POR UNIDADES ORGÂNICAS DO IASFA - 2022	Tipo de Despesa				TOTAL DA DESPESA
	Despesas com pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas	Investimento	
CAS do ALFEITE	1 387 319,96	547 088,18	242,92	4 999,97	1 939 651,03
CAS de LISBOA	406 776,79	109 724,90	236,64	1 031,46	517 769,79
CAS de OEIRAS	2 752 054,65	3 727 961,34	2 394,22	221 065,98	6 703 476,19
CAS do PORTO	573 176,55	645 226,68	786,83	4 695,14	1 223 885,20
CAS de RUNA	994 068,95	1 535 586,75	681,38	9 240,99	2 539 578,07
<i>Total dos CAS Nível I</i>	<i>6 113 396,90</i>	<i>6 565 587,85</i>	<i>4 341,99</i>	<i>241 033,54</i>	<i>12 924 360,28</i>
CAS de BRAGA	35 169,51	3 153,31	-	-	38 322,82
CAS de COIMBRA	134 705,03	18 444,56	-	2 316,28	155 465,87
CAS de ÉVORA	46 120,96	4 130,84	-	-	50 251,80
CAS do FUNCHAL	17 434,12	2 580,54	-	294,22	20 308,88
CAS de PONTA DELGADA	76 654,23	60 092,90	-	145,00	136 892,13
CAS de TOMAR	77 823,59	25 326,38	-	678,10	103 828,07
CAS de VISEU	69 203,96	10 000,45	-	92,25	79 296,66
CENTRO REPOUSO de PORTO SANTO (CEREPOSA)	116 676,62	155 341,60	599,83	4 130,00	276 748,05
<i>Total dos CAS Nível II</i>	<i>573 788,02</i>	<i>279 070,58</i>	<i>599,83</i>	<i>7 655,85</i>	<i>861 114,28</i>
<i>Total dos CAS (Nível I e II)</i>	<i>6 687 184,92</i>	<i>6 844 658,43</i>	<i>4 941,82</i>	<i>248 689,39</i>	<i>13 785 474,56</i>
Direção de Serviços da ASC (DSASC)	672 431,08	683 696,01	636 310,32	2 812,13	1 995 249,54
Direção de Serviços da ADM (DSADM)	620 028,89	123 821,03	1 834 658,87	2 572,32	2 581 081,11
SEDE IASFA (CD e 5 Gabinetes)	1 323 959,05	732 020,48	140 696,11	173 861,64	2 370 537,28
<i>Total das Direções de Serviço e Sede</i>	<i>2 616 419,02</i>	<i>1 539 537,52</i>	<i>2 611 665,30</i>	<i>179 246,09</i>	<i>6 946 867,93</i>
<b>TOTAL (a)</b>	<b>22 677 973,78</b>	<b>22 073 512,81</b>	<b>2 626 490,76</b>	<b>925 314,26</b>	<b>20 732 342,49</b>
<b>TOTAL com pagamentos ADM (b)</b>			<b>74 796 186,51</b>		<b>95 528 529,00</b>

(a) Não inclui pagamentos do SPS ADM com verbas provenientes de descontos dos beneficiários e de receitas de impostos no valor total de 74 796 186,51€

(b) Inclui pagamentos do SPS ADM com verbas provenientes de descontos dos beneficiários e de receitas de impostos no valor total de 74 796 186,51€

Fig. 25 Despesas por UO do IASFA

RECEITA ARRECADADA POR VALÊNCIA DE ASC DO IASFA E ADM	RECEITAS PRÓPRIAS
INFÂNCIA E JUVENTUDE	581 310,26
FÉRIAS E TEMPOS LIVRES	290 894,50
APOIO A IDOSOS	4 867 603,38
APOIO À HABITAÇÃO	3 687 370,17
APOIO NA SAÚDE	106 052,68
APOIO SOCIAL	117 463,16
<b>Total das Valências de ASC</b>	<b>9 650 694,16</b>
ASSISTÊNCIA NA SAÚDE AOS MILITARES (ADM)	55 576 270,38
<b>TOTAL</b>	<b>65 226 964,54</b>

Fig. 26 Receita arrecadada por valência de ASC do IASFA e ADM

RECEITA ARRECADADA POR UNIDADE ORGÂNICA DO IASFA	RECEITA ARRECADADA POR UNIDADE ORGÂNICA
CAS do ALFEITE	554 522,02
CAS de LISBOA	8 024,67
CAS de OEIRAS	3 513 166,51
CAS do PORTO	493 016,00
CAS de RUNA	914 269,67
<i>Total dos CAS Nível I</i>	<i>5 482 998,87</i>
CAS de BRAGA	-
CAS de COIMBRA	9 988,62
CAS de ÉVORA	-
CAS do FUNCHAL	-
CAS de PONTA DELGADA	17 100,34
CAS de TOMAR	1 207,54
CAS de VISEU	429,27
CENTRO REPOUSO de PORTO SANTO	134 605,10
<i>Total dos CAS Nível II</i>	<i>163 330,87</i>
<i>Total dos CAS (Nível I e II)</i>	<i>5 646 329,74</i>
Direção de Serviços da ASC (DSASC) (a)	3 867 600,38
Direção de Serviços da ADM (DSADM)	55 576 270,38
SEDE IASFA (CD e 5 Gabinetes)	136 734,04
<i>Total das Direções de Serviços e Sede</i>	<i>59 580 604,80</i>
<b>TOTAL</b>	<b>65 226 934,54</b>

Fig. 29 Receita arrecadada por UO do IASFA

(a) À DSASC é atribuída a totalidade da receita proveniente do arrendamento dos PIASFA, sem considerar a sua distribuição geográfica; seria possível alocar parte desta receita aos CAS do Alfeite, Porto, Coimbra, para a gestão dos PIASFA, a nível local. Évora, Ponta Delgada e Tomar, porque contribuem para a gestão dos PIASFA, a nível local.